

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

ALINE DE OLIVEIRA VIEIRA

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA

LAGUNA

2016

ALINE DE OLIVEIRA VIEIRA

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA

Trabalho Final submetido ao Programa de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Especialista. Orientadora: Prof. Ms. Renata Andrade de Oliveira.

LAGUNA

2016

ALINE DE OLIVEIRA VIEIRA

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

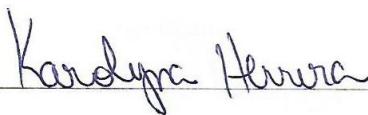


Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Olga Regina Zigelli Garcia



Karolyna Marin Herrera



Marinês da Rosa

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vieira, Aline de Oliveira

Lugar de Mulher é na Política / Aline de Oliveira Vieira;  
orientadora, Renata Andrade de Oliveira - Florianópolis,  
SC, 2016.

45 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Ciências sociais, Gênero, Política,  
Representatividade, Desigualdade.. I. Oliveira, Renata  
Andrade de. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

Dedico este trabalho às mulheres inspiradoras, que lutaram por igualdade de oportunidades e direitos em uma sociedade pautada por princípios e valores patriarcais: Bertha Lutz, Simone de Beauvoir, Antonieta de Barros e por último, mas não menos importante, Anita Garibaldi.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que é a luz do meu caminho.

A meus pais que me concederam a vida e educação.

A meu parceiro de vida Edson que está sempre me apoiando nas horas difíceis.

A minha orientadora Renata Andrade de Oliveira, a qual contei com todo o apoio e troca de ideias, permitindo o meu crescimento gradualmente dentro da pesquisa.

A algumas mulheres que fazem a diferença no município de Laguna e que me proporcionaram momentos de aprendizado ao efetuar as entrevistas, contando sobre suas trajetórias de vida pública e privada.

## RESUMO

A participação feminina na política encontra várias barreiras que estão interligadas a um conceito patriarcal, redirecionando as mulheres aos cuidados do lar, dos filhos e do trabalho. Isto faz com que o espaço político não seja visto como um local pertencente também às mulheres, o que impacta no interesse e limita a procura desse grupo por essa esfera. Dentro desta perspectiva, alguns governos buscaram um conjunto de ações que efetivem e ampliem esta participação, aumentando os dados estatísticos, como as políticas de cotas. Todavia, o cenário da sub-representação ainda é muito latente em nosso país, em especial, na cidade de Laguna, onde o número de mulheres nos espaços políticos tradicionais ainda é muito restrito. Em razão disso, a pergunta que permeia esse trabalho é saber quem são as mulheres da política de Laguna. Com isso, o objetivo foi analisar suas trajetórias política, a fim de identificar quais os principais obstáculos enfrentados no espaço político e as razões que aderem à sub-representação feminina. Por conta da importância que o assunto gera para se pensar a democracia brasileira, o espaço escolar torna-se um pilar para a promoção de igualdade entre homens e mulheres. Por ser um ambiente de socialização e transformação, é de suma importância trazer esse tema à tona, assim, realizou-se uma roda de conversa com os alunos da Escola de Educação Básica Ana Gondin para que fosse evidenciada uma parte da história da cidade de Laguna que não é geralmente vista. Portanto, a presente pesquisa pautada no tema da desigualdade política entre homens e mulheres, buscou saber quem são as mulheres que participam da política de Laguna e levar suas trajetórias e opiniões ao espaço escolar com o intuito de problematizar com os jovens essa desigualdade tão presente em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulher. Política. Escola.

## **ABSTRACT**

Female participation in politics encounters several barriers that are intertwined with a patriarchal concept, redirecting women to the care of the home, children and work. This makes the political space not be seen as a place also belonging to women, which impacts on interest and limits the demand of this group for that sphere. Within this perspective, some governments have sought a set of actions that will effect and amplify this participation, increasing statistical data, such as quota policies. However, the scenario of underrepresentation is still very latent in our country, especially in the city of Laguna, where the number of women in traditional political spaces is still very limited. For this reason, the question that permeates this work is to know who are the women of Laguna politics, with the purpose of analyzing their political trajectories in order to identify the main obstacles faced in the political space and the reasons that adhere to the Female underrepresentation. Because of the importance that the subject generates to think Brazilian democracy, the school space becomes a pillar for the promotion of equality between men and women. Because it is an environment of socialization and transformation, it is of the utmost importance to bring this theme to the fore, so a discussion was held with the students of the Ana Gondin School of Basic Education to make evident a part of the history of the city of Laguna Which is not usually seen. Therefore, the present research based on the theme of political inequality between men and women, sought to know who are the women who participate in the policy of Laguna and to take their trajectories and opinions to the school space in order to problematize with the youth this inequality so present in Our society.

**Keywords:** Gender. Woman. Politics. School



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 GÊNERO E POLÍTICA</b> .....	11
2.1 MULHERES NA POLÍTICA / MULHERES NO PODER .....	11
2.2 OBSTÁCULOS QUE EVIDENCIAM A SUB-REPRESENTAÇÃO.....	16
2.3 COTAS, AÇÕES AFIRMATIVAS.....	21
<b>3 MULHERES NA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE LAGUNA</b> .....	25
3.1 DADOS / PESQUISA .....	25
3.2 ANÁLISE DE DADOS .....	26
3.3 IMPRESSÕES DE CAMPO .....	32
<b>4 INTERVENÇÃO NA ESCOLA</b> .....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	37
<b>ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO</b> .....	40
<b>ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	41
<b>ANEXO 3 – TABELA “A Participação Feminina nos Parlamentos no Mundo”</b> .....	42

## 1 INTRODUÇÃO

A busca pela ampliação da representação das mulheres em espaços políticos e decisórios é marcada historicamente por um processo de luta pautado por obstáculos de ordem cultural, econômica, social. Isso ocorre, especialmente, no que diz respeito à linha patriarcal de ordem subjetiva, ainda cultuada por muitos, de que política é algo para homens.

A conscientização da sociedade e, principalmente, das mulheres de que a ampliação de seus direitos como cidadãs plenamente reconhecidos necessita de uma participação efetiva nos espaços decisórios, desconstrói justificativas pautadas em explicações biológicas pelos diferentes papéis sociais denominados para homens e mulheres (BELLOZO, 2006). A naturalização desta cultura machista e patriarcal impede o entendimento dos processos sociais, a exemplo da existência da rivalidade e concorrência entre as próprias mulheres nos ambientes privados e domésticos.

Nesse sentido, a sub-representação feminina na esfera política torna-se um problema político e social, sendo visível através das pesquisas e estatísticas a existência da disparidade dos cargos eletivos nos últimos anos entre homens e mulheres (TSE/DATA SENADO, 2014)<sup>1</sup>. Essa realidade vai ao encontro do papel de responsabilidades que as mulheres assumiram na sociedade.

Conforme os números do IBGE (2014), através de pesquisa desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres totalizam 51,3% da população do Brasil, formando 52% do eleitorado. A presença percentual feminina no Parlamento Nacional como também em esferas estaduais e municipais é alarmante no que diz respeito a uma equidade. Comparando com os países latino-americanos vizinhos, o Brasil apresenta a penúltima pior situação, a frente apenas do Haiti, seguindo na 158ª posição entre 188 países pesquisados pela União Interparlamentar<sup>2</sup>, conforme mostra tabela 1 em anexo.

Falar de qualidade democrática é falar de igualdade na política (BELLOZO, 2006). Assim, uma democracia de qualidade apresenta condições de igualdade para promoção de uma representação justa entre homens e mulheres. Esta representatividade se faz necessária especialmente ao pensar em uma sociedade para todos, exercendo direitos e oportunidades.

---

<sup>1</sup> TSE/ESTATÍSTICAS ELEITORAIS DE DADOS. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

<sup>2</sup> UNIÃO INTERPARLAMENTAR. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

A teoria política produzida nas últimas décadas teve grande contribuição das teorias feministas, que se mostraram cruciais para ampliar o debate sobre a posição das mulheres nas sociedades contemporâneas. Esse passo foi primordial para abrir portas para tematizar, questionar e analisar categorias centrais por meio das quais é pensado o universo da política, tais como noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça e de democracia. (BIROLI; MIGUEL, 2015). Pensar em uma questão de igualdade nas mesmas oportunidades é também fazer uma análise de todos os conceitos e valores pré-condicionados às mulheres que historicamente vem se reproduzindo por décadas.

Destaca-se um avanço de grande importância para a história do Brasil e sua democracia o fato de, em 2010, concorrerem a eleição para a presidência duas mulheres, na qual foi eleita a primeira presidenta, Senhora Dilma Vana Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre o período de janeiro de 2011 a agosto de 2016, quando foi destituída do cargo de presidenta pelo processo de impeachment. Um salto histórico para as mulheres em termos de representatividade e oportunidade de direitos adquiridos com muita luta ao conquistar um espaço nunca antes preenchido por uma mulher.

Assim, percebem-se avanços significativos na inserção das mulheres na política partidária, contudo, ainda estão muito atrás nas competições e oportunidades de ingresso nas instâncias decisórias. Partindo desta problemática, do baixo índice de mulheres que atuam nas esferas políticas no Brasil e mais precisamente no município de Laguna, esta pesquisa tem como finalidade coletar e apresentar dados sobre a trajetória de algumas mulheres que com todos os obstáculos que dificultaram sua participação, fizeram-se representantes dentro de cargos de poder.

A inserção de mulheres nos partidos e na Câmara mudou a história política de Laguna, pois alterou uma realidade socialmente construída, o que se torna exemplo para os jovens. Diante disso, este trabalho tem como proposta compreender e desvendar quem são as mulheres da política tradicional no município de Laguna, evidenciando os principais obstáculos que dificultaram suas trajetórias como atuantes nos espaços políticos.

Por se tratar de uma realidade pouco conhecida, promoveu-se um debate com algumas destas mulheres com alunos da Escola de Educação Básica Ana Gondin, o que se concretizou como um dos objetivos deste trabalho. Isto porque se levou em consideração que a escola é um espaço privilegiado para refletir sobre política e desigualdade de gênero, temas pertinentes que condizem com a realidade lagunense. Com isso, buscou-se ressaltar a importância da política na sociedade e o papel fundamental da escola neste contexto.

## 2 GÊNERO E POLÍTICA

### 2.1 MULHERES NA POLÍTICA / MULHERES NO PODER

A participação da mulher na política é impactada por diferentes aspectos, sendo um dos principais a percepção de que a falta de mulheres nos espaços de decisão está vinculada à sua condição social de subordinada e dependente do homem (BELLOZO, 2006). Estes resquícios ficaram de uma época na qual as mulheres não tinham sua cidadania plenamente reconhecida e as diferenças entre os papéis sociais eram justificadas por explicações biológicas, característica que se estendem até hoje, servindo como manutenção das relações de poder entre homens e mulheres.

Nessa lógica, a sociedade determinou através de sua cultura um modelo de comportamento fortemente marcado pelo patriarcalismo, interiorizando nas mulheres um significado sobre o espaço político no qual a sociedade determina o que cada gênero pode ou não fazer. Essa subordinação garante um controle social em que prevalece a dominação patriarcal no âmbito privado, mas que se estende ao âmbito público. Esses mecanismos de controle estão enraizados de tal maneira que dificilmente alguma mulher pode afirmar ser totalmente desvinculada a eles.

No âmbito privado, funções e tarefas como cuidados com os filhos, companheiro, pais, e tudo aquilo que engloba um responsável, educação, saúde, festividades familiares, afazeres domésticos dentro e fora de casa com a administração econômica e alimentar da família, ficaram designadas às mulheres. Entretanto, os princípios norteadores desse âmbito ainda subalterniza-as à uma hierarquia na qual o homem dita as regras, seguindo um modelo de dominação e controle.

No âmbito público, no qual entram as questões sociais e culturais, há uma ideia de que a mulher não foi feita para a política e sim para a casa, educação dos filhos e afazeres domésticos, sendo também um espaço designado aos homens. Mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que gerou mais autonomia, a jornada profissional também passou a ser usada como obstáculo com a justificativa de comprometer o tempo das mulheres.

Dessa forma, participar da esfera pública acaba por sujeitar as mulheres à assédio moral, ausência de voz e descrença do sucesso na candidatura. Os ambientes tradicionais, como os partidários, são reflexos desses princípios, sendo campos masculinos, onde o jogo político partidário passa a ser configurado com dificuldades formais e institucionais, processos pouco claros de candidatura, que inibem a participação das mulheres. Como afirma Matos (2009, p.

1), “as democracias ocidentais definiram espaços e conquistaram direitos de modo completamente assimétrico para homens e mulheres, instaurando e perpetuando profundas desigualdades políticas”.

Essa dicotomia entre o público e o privado reflete na condição social que subordina as mulheres aos espaços delimitados dentro da sociedade. Hannah Arendt (2007 apud OLIVEIRA, 2014), faz referências ao espaço público, utilizando a teoria democrática e suas novas exigências, com o resgate de significados e valores, retomando algumas ideias da Grécia Antiga em relação à política e à vida pública. A autora considera que a sociedade moderna perdeu a marca fundamental que havia nos gregos que era a experiência e o prazer pela vida pública. “O mundo moderno perdeu a dimensão pública da vida, os indivíduos passaram a escolher os interesses privados” (OLIVEIRA, 2014).

Segundo Arendt (2007, apud OLIVEIRA, 2014), a vida privada e a vida pública constituem-se de duas ações: labor e ação. O labor está associado ao âmbito privado que são as necessidades básicas, inerentes a vida humana como o trabalho, que é realizado na esfera pública. Nessa necessidade os indivíduos realizam associações com o que é primordial para sobreviver, mas é na vida pública que compactuam com algumas normas e regras relacionadas com princípios como liberdade e com a capacidade de viver uma vida em sociedade.

A vida privada é marcada pela tentativa de satisfazer as necessidades, mas as oportunidades de realizar tais atividades não são iguais para todos. Esta diferença na vida pública também acontece, mas a lógica deveria ser outra, já que todos estão na mesmas condições e cada um pode contribuir com o outro. Para Arendt (2007, apud OLIVEIRA 2014), “alguns valores foram invertidos na sociedade moderna”. Sendo assim, que valores são esses que a sociedade atribui à política e à esfera pública? São valores morais? Valores éticos, valores subjetivos?

Arendt (2007, apud OLIVEIRA, 2014) afirma que “a política é definida como a capacidade de olhar para o mundo além do individual, é perceber que há um mundo coletivo”. Então, partindo dessa lógica, é no espaço público que a política se encontra, definindo caminhos para a sociedade.

Pateman (1993) utiliza o termo “ideologia” para explicar a vida pública e privada, sendo que algumas concepções liberais obscurecem e mistificam a realidade social, pautada em uma estrutura de relações patriarcais. Essa dicotomia entre o público e o privado obscurece, camufla a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista. O poder paterno e o político se caracterizam como uma separação do privado em relação ao público, uma vez que a esfera pública englobaria toda a vida social

que não a vida doméstica. Assim, os interesses seriam diferentes também de uma esfera para outra.

Dentro de uma lógica feminista, o que Pateman argumenta é este tipo de ideologia é transmitida e reproduzida através da naturalização dos papéis impostos pelas sociedades a homens e mulheres, sofrendo fortes influências do próprio Liberalismo em defender esta forma de divisão. A família, que é entendida como espaço privado, é baseada em laços naturais de sentimentos ou de sangue e na condição sexualmente definida de esposa e marido.

A participação na esfera pública é regida por critérios universais, impessoais e convencionais de êxitos, interesses, direitos, igualdade e propriedades. Estas diferenças de espaços que os determinam, separam e abstraem, tornando em duas categorias: público/sociedade civil, privada/doméstica. (PATEMAN, 1993).

A partir dessa distinção entre público e privado presente também nos espaços políticos criou-se um padrão de perfil ideal para cada um, estabelecendo uma estrutura determinante de papéis impostos pela sociedade. Logo, é determinado o que é cabível a homens e mulheres, identificando-se oportunidades totalmente desiguais, que tornam os homens sujeitos ideais para estes espaços.

Segundo Oliveira (2014, p. 6), “anteriormente, a base dessa estrutura residia nas diferenças biológicas entre homem e mulher e era isto que definia a hierarquia social”. Este abismo entre homens e mulheres em todas as áreas da vida social e especificamente nos espaços políticos afeta diretamente a qualidade das democracias contemporâneas, que são naturalizadas e reproduzidas por gerações, prestando uma manutenção para a sub-representação feminina em muitos espaços sociais e decisórios.

As sociedades trazem consigo uma construção social e cultural, padronizando um perfil de indivíduo legítimo para atuar nos espaços públicos, desligados de seus interesses particulares devido ao processo racional que efetuam, no qual conseguem ter uma dimensão maior dos problemas, colocando a razão sempre em primeiro lugar. Os problemas desse perfil estão em desconsiderar as diferenças, ou seja, exclui a alteridade em nome do interesse público e leva a heterogeneidade para o espaço privado. A atuação do ideal imparcial e padronizado retira as particularidades de cada grupo, já que o indivíduo em sua totalidade que carrega suas diferenças não pode alcançar o espaço público porque não possui características determinantes para tal atuação (YOUNG, 1987).

Sendo assim, aqueles que colocam sentimentos e valores contraditórios dentro dessa lógica estrutural não servem para a política, pois atendem grupos que inserem modelos e medidas políticas, retirando aqueles que promovem a igualdade e justiça nos âmbitos públicos.

Logo, conceitos enraizados de uma cultura colonialista e patriarcal ditam comportamentos, normas, regras dentro dos espaços políticos até os dias de hoje.

Como analisa Phillips (1991), encarnadas no arcabouço jurídico e institucional dos Estados modernos, aquelas concepções são por ele ancoradas e perpetuadas. Por isso mesmo, nessa perspectiva, os dados que comprovam a reduzida presença feminina na política não seriam evidências de que as mulheres sejam menos participativas e possuam menor grau de motivação para se inserir em atividades políticas. O desinteresse das mulheres em ingressar na esfera política compreende um reflexo das dificuldades construídas por valores embutidos nas instituições que, mesmo ocultados e superficiais, obstaculizam sua entrada neste campo especificamente.

A dominação masculina ao longo dos tempos passou também por transformações. Pode-se dizer que esta dominação é legitimada no modo invisível. O que antes era abertamente defendido e reconhecido pelas sociedades como “natural ou normal”, hoje é negligenciado com discursos que falam do espaço conquistado pelas mulheres, com plena efetivação de direitos e oportunidades. Ou seja, a subordinação feminina encontra uma outra barreira na sociedade contemporânea, de maneira velada e superficial, invisível aos olhos muitas vezes de suas próprias vítimas. Existem mecanismos que contribuem para a exclusão feminina, provando que Família, Escola, Igreja e Estado ratificam a ordem social preponderante. (BORDIEU, 2011).

Tais evidências dificultam até os dias correntes a participação das mulheres em partidos políticos e suas possibilidades de êxito na competição eleitoral, afetando não só as mulheres com esta disparidade como a qualidade das democracias. Desse modo, é possível concordar que a sub-representação das mulheres é uma problemática que precisa urgentemente ser modificada através de uma transformação nos processos de desenvolvimento das estruturas institucionais da política. Enfatizando a necessidade de uma reforma constitucional e também social, desconstruindo muitos conceitos naturalizados pela sociedade, faz-se necessário promover ações afirmativas efetivas que proporcionem igualdade de oportunidades para todos.

Ao longo do tempo, algumas teorias surgem para justificar a presença das mulheres na esfera política, entre elas temos a chamada “política do desvelo” (MIGUEL, 2001). Essa política se pauta na ideia da sensibilidade maternal, nato de toda mulher que faz uma política limpa, desinteressada e altruísta. E este tipo de aptidão corresponde ao seu treinamento social que vivencia ao longo de sua vida, exercendo funções de cuidado com os outros. Segundo Miguel (2001, p. 1), “essa política do desvelo ou política maternal termina por perpetuar a inserção subordinada das mulheres no mundo da política, na medida em que o cartão de ingresso é exatamente a negação da ação em defesa dos próprios interesses”.

A política do desvelo consiste em identificar nas mulheres uma forma de fazer política com maior sensibilidade para as necessidades alheias, recusando a abordagem fria e impessoal que é própria da abordagem masculina. As mulheres na política trariam um cuidado ou pensamento maternal, por estarem acostumadas a cuidar dos outros, havendo um abrandamento do caráter agressivo da atividade política praticada pelos homens. Esta política praticada pelas mulheres ressaltaria a solidariedade, compaixão e o altruísmo, superando a política de interesses que é praticada pelos homens, colocando a tolerância e a sensibilidade em segundo plano.

O papel da moral feminina diferenciada, focada nos relacionamentos interpessoais e no cuidado com os necessitados, é pautado muitas vezes no papel de mãe que desempenha, sendo responsável pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis. Supostamente dentro de uma política do desvelo são considerados os atributos femininos como uma forma diferenciada de fazer e pensar política. (MIGUEL, 2001 apud MOUFFE, 1992).

Ao salientar esse tipo diferente de fazer política, partindo do pressuposto da cultura patriarcal, coloca-se em dúvida a capacidade das mulheres de assumir variados cargos de poder, nos quais as decisões são tomadas, exigindo-se uma postura agressiva e imponente, vista como sendo características dos homens, ao passo que mulheres trariam para a política a valorização da solidariedade. De acordo com Bourdieu (2011, p. 78):

As diferenças entre homens e mulheres, que se observa em diferentes campos, se apresentam como esquemas de pensamento, de aplicação universal, e se registram como diferenças de natureza, inscritas na objetividade. Tais diferenças biológicas são transferidas para o campo social, sendo neste naturalizadas. As diferenças são percebidas como normal, natural e inevitável, sendo, portanto, legitimadas. Há, portanto, uma naturalização da construção social que legitima a histórica diferença e inferioridade da mulher perante o homem.

Pensar em uma política maternal é acreditar em uma postura ingênua em relação a como a verdadeira política é feita. O jogo político de interesse partidário exige da candidata ou candidato pressão de vários lados. A naturalização das diferenças sociais confundidas pelo senso comum como biológicas perpetua e condiciona a mulher a um patamar de inferioridade. Portanto, ao pensar em uma sociedade igualitária, revela-se injusta a forma estruturada do sistema político quando veda estes interesses que evidenciam a sub-representação das mulheres na esfera política.

A política do desvelo ao valorizar atributos próprios de uma política feminina, torna a disparidade entre os gêneros em evidencia trazendo a mulher novamente as referências do âmbito privado, dos cuidados com a família, e seu envolvimento afetivo, emocional com os outros. Sendo assim, como diz Miguel (2001) “as mulheres se devem fazer representar não



porque sejam os vetores de uma política desinteressada mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta”.

A mulher dentro de uma “política do desvelo” carrega a emblemática figura materna que se sacrifica pelos filhos, mascarando sua subalternidade com um véu de superioridade moral. Esse modelo de atuação dentro da política é questionado como uma relação de desigualdade no momento em que a política democrática exige igualdade entre todos, diferente de uma relação maternal, onde a mãe exerce ao mesmo tempo uma relação de superioridade e preferência por seu filho. (MIGUEL, 2001 apud PHILLIPS, 1991).

Sendo assim, o debate sobre a presença e a falta de mulheres na política englobam muitas questões. Então, uma parte da literatura tem se debruçado para evidenciar quais seriam os principais obstáculos para as mulheres chegarem ao poder, assunto que será abordado na próxima seção.

## 2.2 OBSTÁCULOS QUE EVIDENCIAM A SUB-REPRESENTAÇÃO

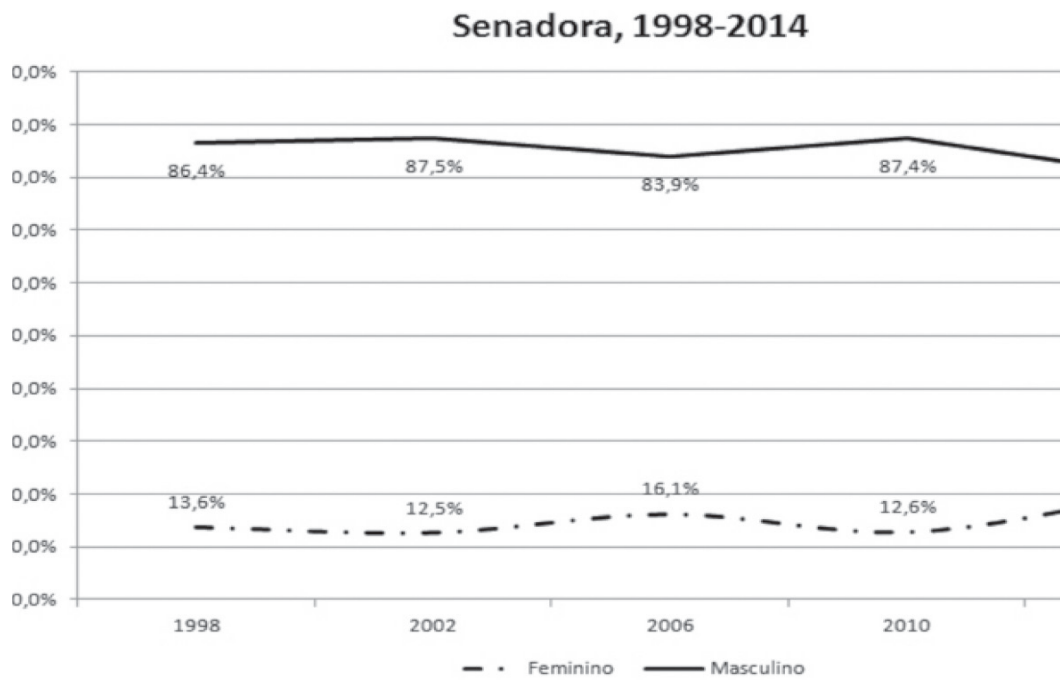
O papel social feminino historicamente restringe-se ao espaço do lar, sendo coadjuvantes nos espaços públicos e políticos. Diante da dicotomia público/privado, conseguir conciliar a carreira política com os cuidados e responsabilidades com a família, tem sido visto como um dos principais obstáculos dentro das trajetórias políticas das mulheres. Sobre isso, Bellozo (2006, p. 5), salienta que:

Pelo longo período que viveu como espécie de apêndice do marido, sem poder exercer atividade profissional ou ter acesso a educação, a mulher guarda ainda os resquícios e até mesmo certo preconceito, muitas vezes contra as próprias colegas que ousam buscar ocupar os espaços que durante muito tempo era permitido somente aos homens.

Ao levantar esta questão e ressaltá-la como um dos principais obstáculos para que as mulheres exerçam uma representação dentro das políticas ou cargos que lidam com formas de poder, pode-se pensar em como as questões culturais, sociais e históricas conduzem atitudes de rivalidade entre as próprias mulheres. Atitudes estas são reproduzidas através do preconceito e da aceitabilidade de serem representadas por mulheres também na esfera política eleitoral.

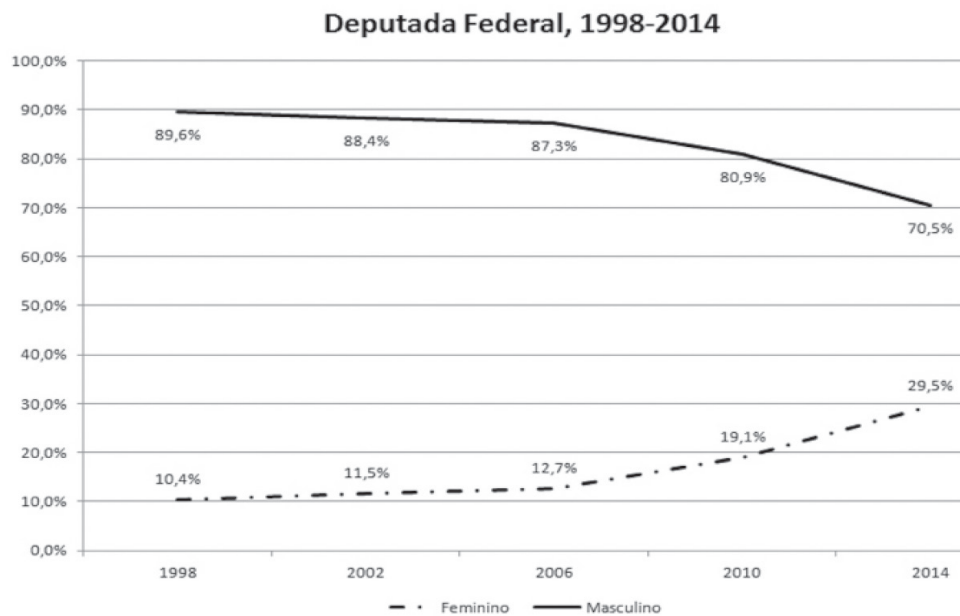
Os dados referentes aos gráficos abaixo ilustram o cenário da representação das mulheres nos ambientes políticos tradicionais. Tem-se cada vez mais evidências do quadro preocupante da sub-representação política.

Gráfico 1 – Evolução a Senadora – 1998/2014

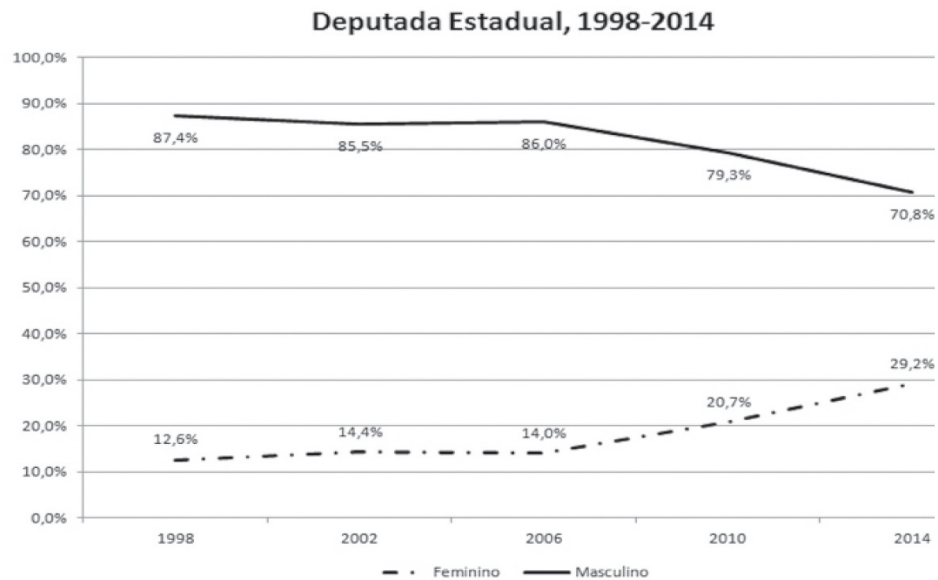


Fonte: TSE/ESTATÍSTICAS ELEITORAIS DE DADOS (AGOSTO DE 2014). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em 05 dez. 2016.

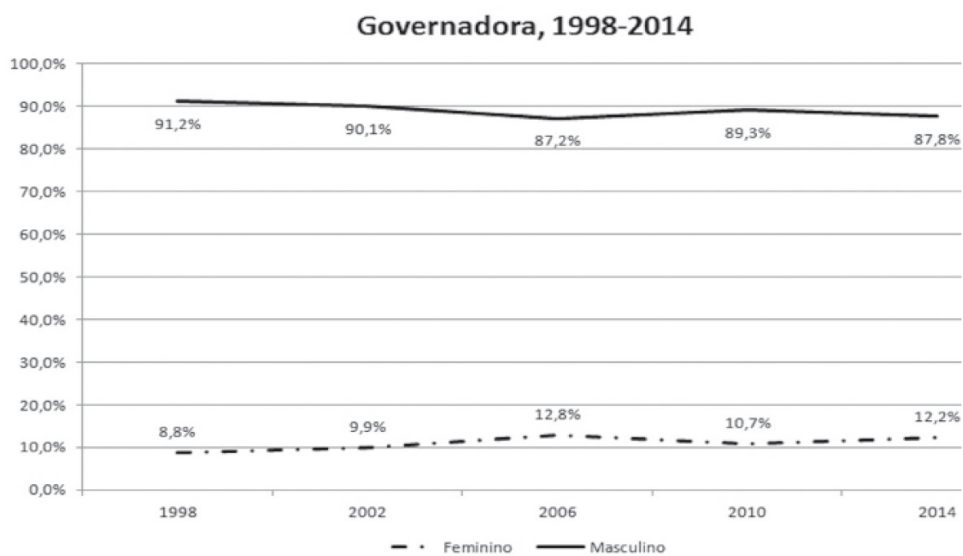
Gráfico 2 – Evolução a Deputada Federal – 1998/2014



Fonte: TSE/ESTATÍSTICAS ELEITORAIS DE DADOS (AGOSTO DE 2014). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em 05 dez. 2016.

**Gráfico 3 – Evolução a Deputada Estadual – 1998 / 2014**

Fonte: TSE/ESTATÍSTICAS ELEITORAIS DE DADOS (AGOSTO DE 2014). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em 05 dez. 2016.

**Gráfico 4 – Evolução a Governadora – 1998 / 2014**

Fonte: TSE/ESTATÍSTICAS ELEITORAIS DE DADOS (AGOSTO DE 2014). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em 05 dez. 2016.

Os dados dos gráficos demonstram que as mulheres aumentaram sua representatividade em alguns espaços políticos. Todavia, mesmo considerando um avanço significativo, constata-se a desigualdade presente entre homens e mulheres. Ao longo dos anos, diferentes teorias tentam identificar as possíveis causas para essa sub-representação. Entre elas destaca-se a teoria

do desenvolvimento socioeconômico que agrega todas as causas ou origens do fenômeno, marcados por falta de investimentos e desenvolvimento econômico no país. (OLIVEIRA, 2015)

Esta primeira dimensão tem por base o argumento de que o desenvolvimento material, por si só, seria a variável determinante para a proporção de mulheres presentes nos parlamentos. (REYNOLDS, 1999). Em sociedades menos desenvolvidas economicamente, onde haveriam desvantagens entre classes sociais, sistemas de saúde e educacional precários, as mulheres encontrariam maiores dificuldades para romper com as barreiras estruturais e chegar a posições de comando. (OLIVEIRA, 2016).

Apesar da questão econômica trazer um ponto interessante, ela não é suficiente para justificar as diferenças de participação entre países ricos e pobres. Nesse sentido, um outro ponto relevante é a ideia de recursos, ou seja, em razão da composição dos papéis sociais, os chamados recursos seriam distribuídos de maneira desigual entre homens e mulheres. Aqui toma-se como recurso o conceito dado por Robert Dahl (2008), de que todos os recursos são políticos, definidos como qualquer meio que uma pessoa pode utilizar para influir sobre a conduta da outra. Por isso, os recursos políticos incluem o dinheiro, a informação, o tempo, o conhecimento, a comida, a ameaça de força, os trabalhos, a amizade, a posição social, os direitos efetivos, os votos, entre outros. (DAHL, 2008, p. 64).

Portanto, as mulheres teriam os recursos escassos, e por consequência, poucas se comprometem ou se sentem habilitadas para participar da política ou expressar de alguma forma suas preferências. Dessa forma, aumentam-se as disparidades de habilidades políticas, já que poucos recursos, baixo conhecimento e interesse fazem com que não haja para as mulheres a mesma capacidade de promover a efetiva expressão política de forma mais hábil do que aqueles que estão nos patamares mais altos da hierarquia distributiva, que geralmente são homens. (SCHLOZMAN; VERBA; BRADY, 2012).

As diferenças do custo-benefício percebidos no investimento de tempo em questões políticas tende a resultar em desigualdade política. Nesse sentido, em razão da divisão entre as esferas pública e privada e das atividades vindas do estabelecimento dos papéis sociais para homens e mulheres, estas não teriam tempo disponível para se ausentar do lar e participarem dos espaços públicos, uma vez que caberia às mulheres o cuidado e manutenção do ambiente doméstico (BITTMAN, 2004; BIROLI, 2013; BIROLI; MIGUEL, 2012).

Outra possível causa traz como mais um obstáculo para a presença das mulheres na política as próprias instituições políticas e democráticas. Baseadas em uma política liberal, as instituições excluem a mulher da esfera política ao definirem papéis sociais entre homens e mulheres. Nessa mesma linha de pensamento surge um compartilhamento de ideias e interesses.

(OLIVEIRA, 2015). Por isso, Philips (2001) afirma que, ao se acreditar que os homens são os sujeitos políticos que monopolizam as habilidades de articular as políticas e as ideias, não se surpreende com o fato de que a maioria dos representantes nos cargos políticos sejam homens.

Ao evidenciar possíveis obstáculos, também se percebe dentro dos partidos políticos uma resistência nos investimentos das campanhas eleitorais das mulheres. Este sub-financiamento das candidaturas torna visível a desigualdade de gênero que percorre as esferas públicas, políticas e institucional. De acordo com Sacchet (2012), há quatro hipóteses que pretendem explicar o sub-financiamento das campanhas femininas.

A primeira delas diz que o financiamento privado, ou seja, a capacidade de aportar recursos próprios é elemento fundamental para o financiamento, o que deixaria as mulheres em condições de desvantagem. A segunda hipótese defende que as mulheres têm acesso limitado a determinados tipos de redes sociais e políticas. A terceira hipótese é focada no baixo apoio de doadores financeiros da iniciativa privada para candidaturas de mulheres. A última hipótese diz que os partidos discriminam as mulheres na distribuição de recursos do fundo partidário.

Nesse sentido, a importância da visibilidade em todas as esferas sobre esta problemática da sub-representação e dos investimentos dos partidos nas candidaturas se tornam essenciais para tais mudanças. “Os partidos políticos, devido ao seu poder de recrutar pessoas para a vida política, de sociabilizar líderes políticos e de influenciar o debate público, ganharam importância nesse cenário”. (GOETZ; SACCHET, 2008).

Partindo desta lógica, torna-se fundamental uma mudança estrutural dentro dos partidos políticos que defendem uma democracia igualitária, percebendo o seu poder de interferir e desconstruir paradigmas cultivados em nossa sociedade. Conforme Goetz e Sacchet (2008), “O reconhecimento das instituições políticas como possíveis promotoras da igualdade de direitos entre homens e mulheres passou a ser encarada de maneira mais positiva”.

Por fim, a cultura política olha para a dimensão subjetiva das democracias contemporâneas e os valores que são agregados dentro das sociedades, favorecendo uma relação entre cultura e política. Diante do fenômeno da sub-representação, a dimensão da cultura política acrescenta um novo aspecto: normas culturais, valores e crenças também moldam aspectos da igualdade política entre mulheres e homens. Se a predominância de atitudes tradicionais tem efeito negativo em relação à presença feminina em cargos responsáveis por tomada de decisões relevantes (INGLEHART; NORRIS, 2003; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2015), a transição para uma sociedade mais igualitária está ligada a incorporação de ideias democráticas (INGLEHART; NORRIS, 2003), como a igualdade política (DAHL, 2008; TOURRAINE, 1996).

Para alguns autores dessa vertente, uma sociedade de cultura política marcada pela tendência de valores democráticos, como igualdade e justiça, teria indivíduos com posturas críticas e participativas que seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais elitistas, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero (INGLEHART; NORRIS, 2003; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013; GIMENES, 2015; OLIVEIRA, 2015). Isto teria efeito na diluição dos obstáculos culturais enfrentados pelas mulheres para estarem presentes nos espaços políticos. Logo, a mudança cultural não é fator isolado e suficiente para justificar as diferenças, porém, é uma condição necessária para a igualdade de gênero (INGLEHART; NORRIS, 2003; INGLEHART; WELZEL, 2005).

Sendo assim, pensar a igualdade política entre homens e mulheres não é um processo unidimensional, e sim interativo entre diferentes dimensões, uma vez que é através das bases estruturantes de cada uma que os direitos, poderes e recursos políticos são disponibilizados na sociedade. Esta multidimensional das causas é pensada por conta da existência de processos de socialização bastante longos e fortes constrangimentos culturais que se combinam com obstáculos políticos-institucionais e sociais na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder político. (OLIVEIRA, 2016).

### 2.3 COTAS, AÇÕES AFIRMATIVAS

Diante da importância que as instituições e o sistema político possuem na promoção da igualdade entre os gêneros, é fundamental ressaltar que diferentes medidas têm sido tomadas em busca de uma sociedade mais democrática, como a política de cotas para mulheres na política. Após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, na China, a bancada feminina, influenciada pelas experiências exitosas de outros países e pelo contexto dessa conferência, que teve entre os seus objetos de debates e resoluções a temática do acesso ao poder, então se articula e propõe que se inclua, na legislação eleitoral brasileira, um artigo assegurando uma cota de vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres. (GROSSI; MIGUEL, 2001). Em 1995 foi aprovada a Lei nº 9.100, regulamentando a cota em 20 %. Em 1997 foi aprovada a Lei nº 9.504, aumentando a cota para 30 % (mínima ambos os sexos) e 70 % (máxima ambos os sexos).

Inseridas no contexto mais amplo das ações afirmativas, as políticas de cotas tornam-se uma medida pela busca da alteração dos quadros de desigualdade racial, étnica, sexual, social.

Reconhecendo as discriminações existentes, agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem e oportunizam maior equidade entre gêneros. (GROSSI; MIGUEL, 2001). Por isso, inúmeras democracias adotaram a política de cotas de gênero na política, medidas afirmativas que se fundamentam na crença de que as mudanças nas estruturas dos sistemas impactariam no processo de representação e abrem novas oportunidades (ARAUJO, 2001; KROOK; NORRIS, 2014).

Ao reconhecer a desigualdade, passou-se a enfatizar a necessidade de mais oportunidades e ações afirmativas advindas da reforma das instituições políticas que diluam os obstáculos e promovam a possibilidade de a mulher participar das posições políticas. (OLIVEIRA, 2016). Através das cotas, busca-se um reparo histórico dentro das desigualdades sociais e políticas, justificando-se por si a adoção na expectativa de mudanças nas estruturas políticas e culturais.

Ao analisar dados estatísticos da disparidade na representação de homens e mulheres em todos os níveis e esferas políticas, torna-se visível que medidas e ações afirmativas revertem-se em uma tentativa de correção e resolução para este fenômeno social. Sanches (2012, p. 8) utiliza três principais argumentos, em favor às cotas para candidaturas de mulheres:

1. Simbolismo de um aumento no número de mulheres na política.
2. Não é justo que sendo as mulheres 50 % da população, os homens monopolizem as decisões políticas
3. Importância da experiência de vida, visto que as mulheres tendem a ter experiências de vida distintas dos homens e podem tornar o processo político mais representativo no que diz respeito aos interesses e perspectivas de setores sociais mais amplo.

Assim, políticas de ações afirmativas são implantadas a partir das desigualdades entre os grupos e não como criação de privilégios que provavelmente o legislativo, que é composto majoritariamente por homens, implemente as medidas necessárias e se empenhe para modificar o sistema de gênero e a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica. (SANCHES, 2012).

No que tange as cotas, as opiniões, debates e conflito são inúmeros. Alguns autores apontam para estes dois modelos de representação: a representação descritiva e a representação substantiva. Alguns criticam a representação descritiva, pois, de acordo com essa visão, o que importa é o que os representantes fazem e não quem eles são. Além disso, os representantes deveriam ser escolhidos por seu mérito e capacidade de articulação política e não por suas características individuais e traços físicos. Entretanto, existem aqueles que criticam a seleção por mérito, argumentando que ela é subjetiva, o que poderia favorecer grupos dominantes. Por

isso, ela não deve ser desvinculada da seleção por grupo. Outro elemento importante para essa discussão é a necessidade de ampliação dos espaços de prestação de contas, o que aumentaria o interesse das pessoas na participação política (SANCHES, 2012).

Lutar por maior presença política dos membros de um grupo não seria, portanto, uma reivindicação pela representação dos interesses desse grupo, mas por uma distribuição mais equânime de posições representativas entre os diferentes grupos sociais que trazem uma maior variedade de perspectivas. Afirmar que a identidade é necessária para o desenvolvimento de movimentos políticos é reconhecer que devemos lutar pelos direitos das parcelas menos favorecidas da sociedade. As diferenças devem ser enunciadas estrategicamente para que se atinjam determinados objetivos políticos, mas elas não devem tornar-se fixas ou naturalizadas. (SANCHES, 2012).

Outro aspecto que deve ser levado em consideração na análise da representação política das mulheres é que a democracia não é composta somente por variáveis institucionais como, por exemplo, voto universal e eleições livres e diretas. Uma sociedade democrática envolve também uma questão sobre o grau de envolvimento e de participação social na vida política, o que implica em uma inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão. Existe atualmente um sentimento geral da população de desconexão e impotência para influenciar os processos políticos. Isso significa que a inclusão de diferentes grupos é um meio de aumentar a confiança dos cidadãos em suas instituições públicas, o que geraria maior participação e engajamento político (SACCHET, 2012).

Este processo de como funciona uma sociedade democrática é imprescindível ser aprofundado e reconhecido nas escolas, destacando a participação de todos nas decisões e atendendo dentro das possibilidades um maior número possível de necessidades. É no espaço escolar que também se pode exercitar o direito e dever de cidadão e poder participar de algumas decisões importantes para a sociedade.

A problemática da desigualdade de gênero nos espaços políticos tradicionais que a literatura e estatísticas apontam, sendo nas esferas Federais, Estaduais e também Municipais, são naturalizadas pela sociedade. Ao olhar para uma realidade mais próxima, passa-se a questionar esta disparidade visível no município de Laguna. Portanto o presente trabalho procurou saber quem são essas mulheres, e quais suas trajetórias, pretendendo contribuir para o entendimento dos principais obstáculos que dificultam o acesso e que contribuem para a sub-representação das mulheres lagunenses nos espaços políticos.

Enfim, essa invisível disparidade da trajetória de vida dessas mulheres torna-se histórica quando se consultam os dados no município e comprova-se que o número de mulheres eleitas



mostra uma total desigualdade. Por conta disso, achou-se importante levar este debate sobre a participação das mulheres na política com a comunidade para o espaço escolar, através de uma roda de conversa, expondo aos alunos uma parte da história e problemática social que se torna invisível aos olhos.

### 3 MULHERES NA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

#### 3.1 DADOS / PESQUISA

As inúmeras pesquisas sobre a falta de mulheres na política e os dados estatísticos demonstram a existência de disparidade da representação entre os gêneros nos espaços político-partidários e eleitorais, reafirmando o quadro de desigualdade das mulheres em relação aos homens. Este cenário é visto tanto em âmbito nacional quanto em nível micro, como nos casos dos municípios.

A história do município de Laguna começou há seis mil anos, com os primeiros registros de comunidades pré-históricas, os sambaquis, conhecidos por caçadores e coletores. Em 1494, com o Tratado de Tordesilhas, uma extensa colônia passava a se formar, tendo como primeiros colonizadores os portugueses dos açores, que vieram para Laguna em busca da pesca e solo produtivo. Com este aumento populacional houve uma significativa mudança nos hábitos, costumes e tradições da vila lagunense. Laguna conta com 441,564 km<sup>2</sup> de área total de extensão e aproximadamente 44,316 habitantes. Sua economia baseia-se principalmente na pesca, agricultura, turismo e comércio<sup>3</sup>.

Através de uma pesquisa nos dados fornecidos pela Câmara de Vereadores do município de Laguna, constatou-se que, em 1976, o município elegeu a primeira vereadora, que se reelegeu em 1980. Nesse sentido, buscando entender um pouco mais sobre esse fenômeno, o presente trabalho buscou analisar a situação da cidade de Laguna que na última eleição (2016) não elegeu mulheres para o Poder Legislativo.

Em prol dessa problemática que tem se perpetuado, volta-se o olhar para as mulheres participantes da política da cidade com o intuito de demonstrar como essas vislumbram a atual situação do município. Assim, o objetivo principal da pesquisa foi verificar a trajetória dessas mulheres, conhecer suas experiências, bem como as razões que as levaram a efetivar suas participações nos espaços decisórios. Traçando um paralelo com os espaços escolares, garante-se uma referência dentro das representatividades femininas, reforçando o poder de uma democracia igualitária com a participação efetiva nas candidaturas e eleições.

---

<sup>3</sup> SENSO – dados do IBGE/2014. Disponível em: <<http://www.laguna.sc.gov.br/localização.php>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

### 3.2 ANÁLISE DE DADOS

Nesse capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados nas entrevistas em profundidade. Através de um roteiro semiestruturado<sup>4</sup>, buscou-se conhecer as experiências políticas vivenciadas por mulheres do município de Laguna. O intuito é reconhecer discriminações e mecanismos de controle disseminados pelas instituições sociais, inviabilizando o acesso aos espaços políticos, bem como compreender as formas encontradas de conciliar carreira e compromissos políticos com a vida privada e responsabilidades familiares e domésticas.

Quatro foram os principais eixos temáticos que pautaram as entrevistas com as mulheres participantes que exerceram cargos relacionados com à política partidária do município de Laguna. O primeiro foca na trajetória, relatando os incentivos e referências familiares que através dos primeiros contatos com o social desenvolveram habilidades no campo político. Suas dificuldades, barreiras associadas ao âmbito público e privado que evidenciam a sub-representação das mulheres na política nacional e mais precisamente no município de Laguna.

O segundo eixo questiona o cenário atual das mulheres na política, seus pontos positivos e negativos, onde ocorreram mudanças significativas, onde precisam melhorar e de que forma, quais mudanças dentro do município de Laguna são necessárias para reverter a realidade da sub-representação. O terceiro eixo faz referências a política de cotas, como ações afirmativas dentro do sistema eleitoral, evidenciando uma necessidade de equidade de gênero dentro dos partidos e de candidaturas. E o último eixo traz a escola como espaço de transformação, identificando-a no processo de formação para a cidadania, desconstruindo antigos conceitos patriarcais que são reproduzidos através de uma cultura colonialista, que condiciona lugares para homens e mulheres na sociedade.

Optou-se por realizar esta pesquisa entrevistando 5 (cinco) mulheres que participaram de espaços político-partidários eleitorais do município de Laguna. Mulheres que possuem destaque em suas trajetórias políticas, exercendo cargos de poder e um forte envolvimento com causas e projetos sociais. As participantes variam entre 38 a 83 anos, todas residindo no município de Laguna onde atuam como: Advogada, Professora, Empresária, Gerente de Educação, Presidente de Partido Eleitoral, Secretária de Educação, Secretária de Saúde entre outras funções que exercem no âmbito público.

---

4 Ver anexo 2 – Roteiro de entrevista

Essas mulheres fizeram parte de movimentos sociais, projetos comunitários, ONGs, cuja bagagem política adquirida em tais experiências proporcionou habilidades para atender interesses coletivos através de sua representatividade. Todas são filiadas a um partido político e fizeram parte de algumas eleições como candidatas a prefeita ou vereadora pelo município de Laguna, sendo que três fazem parte do grupo das quatro mulheres eleitas pelo município de Laguna entre o período de 1976 a 2012.

Outro fator de grande relevância é a forte influência da família que serviram de referência e modelo de atuação, continuando uma tradição familiar dentro dos espaços políticos, carregando o prestígio político da família que lhes foi transferido facilitando sua inserção e permanência.

Ao analisar as falas das entrevistadas presentes, é inegável que a carreira política é uma carreira profissional, exigindo investimentos, habilidades e um aprendizado muito particular, conforme pode-se observar a seguir.

*“Dizia que não gostava de política até saber de fato o que era política e de que maneira interferia na vida de todos, ao ter contato com projetos sociais, e ver reais necessidades, hoje minha preocupação é o fazer pelo coletivo, fazer política para todos”.* (K, 38, Gerente de Educação).

*“Ao desenvolver um trabalho junto a secretária de assistência social, onde exercia o cargo de presidente da fundação Irmã Vera, percebi o quanto é gratificante o fazer social, através dos atendimentos e apoio as famílias carentes”.* (T, 51, Advogada).

*“O que me motiva a lutar pelos espaços políticos é a forma de fazer o social, defender direitos, interesses da comunidade, dar visibilidade para a área da educação para fazer um diferencial”.* (A, 49, Professora).

Muitos estudos apontam que a entrada das mulheres na disputa política se faz por dois grandes canais: a participação em movimentos sociais, ONGs ou projetos comunitários (grupos de bairros, sindicatos, etc.) e a influência das relações familiares (um parentesco com um homem político, em geral pai ou marido). Estes dois canais se fazem presentes nas vivências das entrevistadas, reafirmando estas vias privilegiadas de acesso, como se pode observar na fala de uma das entrevistadas. (GROSSI; MIGUEL, 2001). No caso das entrevistadas, foi possível constatar a seguinte realidade:

*“Meu pai sempre me incentivou a frequentar espaços político-partidários e depois de me casar, comecei a frequentar com meu marido que me apoiou nas eleições que participei”.* (Z, 83, professora aposentada).

Os projetos comunitários voltados para grupos mais socialmente vulneráveis também estão presentes na trajetória política destas mulheres que demonstram uma satisfação em atender interesses e necessidades das comunidades, como mostra o depoimento a seguir.

*“Ao atingir o poder as mulheres conseguem perceber as reais necessidades que fazem parte do dia a dia daquela comunidade e é deste jeito que se pode fazer algo pelo outro, fazer uma política limpa”.* (T, 51, Advogada).

Essas duas formas apresentam diferentes valores. Chegar a política por intermédio de movimentos sociais seria enobrecedor, pois estas mulheres são valorizadas pelo seu esforço pessoal e por suas relações com o coletivo. Por intermédio do segundo canal se torna desabonador, uma vez que estaria entrando na política por relações de clientelismo, presentes na cultura política brasileira. Ecoa uma ilegitimidade por estarem se beneficiando do prestígio familiar. (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Contudo, estas análises se contrapõem a algumas realidades de mulheres que ingressaram na carreira política por intermédios familiares e são reconhecidas por tomarem rumos diferentes, independentes, consolidando sua representação na esfera política, conquistando e até superando o prestígio de seus familiares. Sobre a exposição de sua vida privada em contrapartida com sua vida pública, é evidente a maratona que é para uma mulher conciliar os dois espaços ao mesmo tempo, como se pode notar a seguir.

*“Mulheres encontram muitas dificuldades por exercerem várias funções ao mesmo tempo”.* (T, 51, Advogada).

Esta problemática se torna visível durante as entrevistas, nas quais questões do âmbito privado como os afazeres domésticos, administração da casa e educação dos filhos e netos se misturam o tempo todo com o âmbito público através de telefonemas e mensagens, representada no próximo depoimento.

*“Tenho um encontro agora, com um grupo de mulheres, nos reunimos uma vez por mês, com o intuito de formação para a cidadania política, incentivar algumas mulheres a participar de espaços políticos. Depois tenho que buscar o boletim do meu filho na escola (risos)”.* (K, 38, Gerente de Educação).

Essas situações evidenciam que ao mesmo tempo a relação familiar e política em diferentes instâncias são parte da vida destas mulheres e que a todo momento um dos espaços intervém no outro. Ao executar as entrevistas torna-se claro a mistura dos espaços, através dos próprios relatos vivenciados pelas entrevistadas e por situações presenciadas no decorrer das entrevistas.

Ao abordar a questão da política de cotas, foi reconhecido por todas que os avanços foram significativos no sentido do reconhecimento da desigualdade política entre os gêneros na sociedade e de que através das cotas se tem uma visibilidade maior as candidaturas femininas, como se pode perceber a seguir.

*“A política de cotas é um reparo social, mesmo que na prática ainda consiste uma realidade diferente, muitas vezes o que a lei dispõe na prática não se propõe”*. (A, 49, Professora).

*“As cotas são alternativas, mas não são suficientes”*. (K, 38, Gerente de Educação).

Outra barreira evidenciada por algumas é a pouca efetividade da legislação devido ao fato de os partidos serem dominados por homens. Com as cotas os partidos preenchem as vagas com mulheres, que acabam sendo candidaturas do faz de conta. Os partidos escolhem algumas mulheres conhecidas ou indicadas e até mesmo parentes para colocarem o nome e não serem penalizados pela justiça eleitoral brasileira. Só que são poucas mulheres que têm candidatura de fato e, quando têm, elas não acessam os recursos partidários para poder fazer a sua campanha, não acessam o tempo de televisão e de rádio, não acessam nada. (GRAZZIOTIN, 2015).

A política partidária é algo que se faz presente na vida destas mulheres, seja por forte influência do meio vivenciado ou por ter contato com as necessidades e interesses do meio social desenvolvendo habilidades por causas e grupos de vulnerabilidade maior, o que se faz acreditar que todas as entrevistadas têm de fato um comprometimento com seus projetos, partidos, eleitores. Assim, não correspondem a esta parcela de mulheres que colocam os seus nomes nas listas de candidatura apenas para causar efeito às cotas.

Durante as entrevistas, questionou-se qual seria a importância do papel das mulheres na política, e através de seus relatos e opiniões todas concordaram que a mulher faz uma política diferente, o que pode ser conferido nos seguintes depoimentos.

*“(...) as mulheres enfrentam opiniões contrárias, dizem o que pensam por ter um olhar mais crítico e ao mesmo tempo sensível para fazer algo pelo outro”*. (A, 49, Professora).

*“(...) a mulher faz uma política honesta, limpa, diferente dos homens”*. (Z, 83, Professora).

*“(...) exercemos uma postura e comprometimento diferente diante dos projetos políticos”*. A entrevistada acrescentou a sua fala o exemplo de que em casa, quando um filho precisa de algo, sua busca primeiramente é sempre pela mãe, na qual encontra um conforto e apoio maior para seus anseios. Não diferente nos espaços políticos onde a mulher é mais acessível e receptiva. (T, 51, Advogada).

*“As mulheres podem e devem mudar a visão de toda a sociedade do que realmente é fazer política”.* (K, 38, Gerente da Educação).

Dentre as questões da inserção das mulheres na política, ressaltam-se entre as entrevistadas como forma de grande obstáculo para as mulheres a sua falta de interesse pela vida pública, demonstradas nas falas a seguir:

*“A mulher tem preconceito de ser gerida por outra mulher, repassando a ideia de que a política não é espaço para mulher”.* (A, 49, Professora).

*“Quem tem que acreditar no nosso potencial somos nós mesmas. O interesse tem que partir da gente para enfrentar os desafios”.* (J, 60, Empresária).

*“Nós temos que fazer parte da política sim! Mas isso tem que partir de nós mesmas, o interesse e vontade de fazer pelo outro. Nós mulheres é que travamos a nossa própria barreira. Quando a gente quer, a gente vai”.* (Z, 83, Professora aposentada).

Algumas das entrevistadas reconhecem também que existe uma sobrecarga que recai sobre as mulheres, negando às mulheres uma condição favorável para participar de atividades políticas. Quase metade das famílias brasileiras são mantidas hoje por mulheres, exclusivamente. Então elas têm de trabalhar fora e, ao chegar em casa, têm de fazer as tarefas domésticas e cuidar dos filhos sozinhas. Ainda são poucos os homens, esposos, companheiros, filhos, que dividem a tarefa com as mulheres dentro de casa. Este é um comportamento que vem de longe e pode explicar a longa luta para conseguir o direito de votar e ser votada. (GRAZZIOTIN, 2015).

A última questão da entrevista faz uma ponte da necessidade de frequentarem os espaços políticos, com o trabalho que é desempenhado nas escolas, favorecendo o conhecimento dos alunos sobre a necessidade e importância de representar e de ser representada dentro da política eleitoral. A escola exerce um papel fundamental nesse campo, resgatando o real sentido da vida pública, o que pode ser observado nos depoimentos a seguir.

*“Precisamos mudar a visão do que é política para os nossos alunos, e o melhor caminho para isto é a escola, ressaltando a importância da democracia”.* (K, 38, Gerente da Educação).

*“São necessários mais incentivos nas escolas para que os jovens gostem da política e possam ter uma participação maior”.* (T, 51, advogada).

*“Para mudar devemos conscientizar nossos jovens desde cedo. A escola exerce um papel fundamental neste processo”.* (A, 49, Professora).

Ao reconhecer os obstáculos que dificultam o acesso das mulheres nos espaços políticos no município de Laguna, faz-se referências a dados estatísticos e a autores que

discursam acerca da problemática da sub-representação, procurando desconstruir algumas condições impostas culturalmente, mantendo um modelo social estabelecido para as mulheres.

Desse modo, a presente pesquisa/entrevista buscou verificar as principais formas que dificultaram o acesso aos espaços políticos e como se fez suas trajetórias no município de Laguna. Logo, foi possível encontrar, de um modo geral, mulheres com suas trajetórias ligadas à vida pública e com um comprometimento com o coletivo, promovendo ações de incentivos a outras mulheres também a participarem destes mesmos espaços.

Assim, através destes dados apresentados na entrevista, pode-se constatar que a política formal se mostra pouco permeável à presença feminina e de certa forma até mesmo hostil à sua presença nas agremiações partidárias, indicando uma maior propensão das mulheres a buscarem formas alternativas de participação política, como as associações de mulheres, as ONGs, os movimentos sociais (BELLOZO, 2006).

Por outro lado, temos mulheres provenientes de famílias com forte tradição política, cujo modelo de atuação em nada difere de seus maridos, pais ou irmãos. Entraram na política com um forte apoio destes familiares, usando a política como meio de perpetuação e de continuísmo de práticas paternalistas das quais o país vem sendo palco há centenas de anos. Este modelo é mais comum, sobretudo, nos Estados mais atrasados economicamente, onde o prestígio político do homem é transferido à mulher, fator preponderante para a sua eleição. (AVELAR, 2001).

O reconhecimento pelas desigualdades na sub-representação das mulheres no Brasil e mais precisamente no município de Laguna, torna-se apontado como fator da problemática social. Mas o principal obstáculo para elas seria as próprias mulheres que se veem ainda pertencentes ao âmbito privado e as responsabilidades domésticas e familiares, deixando de lado os compromissos relacionados a política eleitoral, partidária e tradicional.

Outro fator apontado durante as entrevistas foi a rivalidade que existe entre as mulheres que não fazem parte destes espaços de política tradicional por acharem que este não lhes pertence e discriminam aquelas que atuam como representantes ou que participam de cargos de poder. Ao assumir cargos no Legislativo, as mulheres sempre assumem pastas e projetos voltados ou para a área social ou sempre de menor relevância e peso político, ocupando secretarias onde a visibilidade é ofuscada. (MIGUEL, 2001). Voltando para o âmbito privado, onde a mulher socialmente se sente responsável e é responsabilizada como tal, dentro de papéis que lhe são impostos, constata-se a reprodução de comportamentos que são esperados por ela e entre elas.



### 3.3 IMPRESSÕES DE CAMPO

Ao conduzir as entrevistas, percebeu-se o quanto em meio a rotina destas mulheres os espaços público e privado se misturam a todo momento. Ou seja, espaços com os compromissos profissionais, atribuições sociais e responsabilidades com a família e afazeres domésticos. Ao relatar suas trajetórias na esfera política e seus envolvimento com o âmbito social, precisavam conciliar e interromper para resolver questões relacionadas aos afazeres domésticos.

Historicamente, destacam-se os aspectos culturais que direcionam atitudes e comportamento destas mulheres, conduzindo-as a um perfil de “mulher polvo”, no qual diante de diversas necessidades tenta segurar tudo ao mesmo tempo. Ao relacionar esta figura com as entrevistadas, observa-se através dos relatos uma cobrança de vários lados, inclusive delas próprias em atingir um grau máximo de eficiência. A busca pela perfeição e a aprovação de suas competências precisa ser comprovada a todo momento por si mesma e pelos outros.

A relação dos valores agregados a estes aspectos culturais determina o comportamento e os mecanismos que imperam na sociedade, decidindo o que deve ser e como deve ser. Isso acaba interferindo de maneira concreta ou abstrata, explícita ou superficial da autonomia, atingindo decisivamente o modo de como nos relacionamos com o mundo.

No decorrer das entrevistas, relatos e observações, maior parte destas mulheres confirmaram que fazem uma política diferente, por exercerem papéis de mãe, filha, amiga, companheira, esposa ao mesmo tempo. Para elas, isso denota um olhar sensível para muitas questões que remetem ao coletivo. Mas ao mesmo tempo acreditam em uma postura feminina firme e incisiva para se fazerem respeitadas em suas opiniões e ideias diante de momentos decisivos.

Entre os obstáculos apontados pelas entrevistadas, pode-se ressaltar a falta de interesse das mulheres por fazer política e de se envolver com o este meio partidário. Elas acreditam que a mulher pode estar onde quiser, basta querer. Portanto, respondendo ao título desta pesquisa, ao mesmo tempo que afirma que “lugar de mulher é na política”, vale a reflexão: Lugar de mulher é na política? Por quê? Para que? Tanto a afirmação quanto a interrogação remetem ao fato de saber qual a diferença as mulheres podem fazer dentro dos espaços políticos e de poder, e mais precisamente para a democracia brasileira.

#### 4 INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Destacando a importância do espaço escolar como privilegiado para abordar os fenômenos sociais e suas problemáticas, faz-se necessário um conjunto de ações que efetivem e ampliem estes debates, desmistificando algumas crenças, desconstruindo conceitos e alterando estatísticas referente a sub-representação feminina no município de Laguna.

Sendo assim, no dia 11 de novembro de 2016, foram convidadas algumas das mulheres entrevistadas a participarem de uma roda de conversa na Escola de Educação Básica Ana Gondin. O encontro foi marcado para as vinte horas, contando com a presença de alunos de quatro turmas do ensino médio.

Ao iniciar a conversa, foram apresentados através de um slide fotos de mulheres participantes de movimentos feministas /sufragistas que lutaram de várias formas por uma igualdade de direitos e oportunidades. A roda de conversa teve como objetivo promover um espaço de debate, expondo aos alunos algumas questões de relevância sobre a política de um modo geral, ampliando o conhecimento de sua cultura e história política. Além disso, teve como prioridade perceber a importância de ter mulheres como referências na história lagunense.

Após se apresentarem relatando suas experiências na esfera pública, onde trabalharam, como vereadoras, secretárias de educação, saúde e assistência social, direção de escola, gerencias, presidência de partidos eleitorais, entre outros, discursaram sobre suas trajetórias, bem como os incentivos e obstáculos que fizeram parte desta. A dinâmica foi organizada por tópicos que eram sugeridos através do recurso oferecido (Datashow). Cada uma tinha o seu tempo para falar e explicar suas ideias, opiniões e considerações sobre o tema proposto.

Os tópicos apresentados foram referentes a sub-representação das mulheres no município de Laguna e outros temas que estão interligados, como: suas trajetórias (incentivos e estímulos), seus obstáculos e barreiras (nos espaços públicos e privados), cotas (reparação histórica, distância entre conquistas legais X práticas sociais), a importância da representação feminina nas estruturas de poder e de decisão (sub-representação). Todas estas questões foram relacionadas com o trabalho das escolas com a política e o papel fundamental da educação nesse campo.

Após suas considerações finais e agradecimentos, foi aberto um espaço para que os alunos pudessem fazer algumas perguntas sobre política para as convidadas. Ressalta-se a importância, em primeiro lugar, deste encontro, para a escola e respectivamente aos alunos que puderam conhecer trajetórias políticas de mulheres que são referências no município de Laguna. Em segundo lugar, essas mulheres sentiram-se valorizadas por suas atuações na esfera pública,

ultrapassando barreiras e servindo como referência para muitos jovens. E por fim, a intervenção realizada na escola concretizou seu principal objetivo que foi conhecer as trajetórias destas mulheres, buscando a escola como cenário para mudanças.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desigualdade, além da assimetria de controle dos recursos, também, como afirma Miguel (2013), impactam nas trajetórias de indivíduos e grupos, reflete padrões e se vincula à relações de dominação e hierarquia. Dessa forma, elementos simbólicos e materiais delegam as possibilidades de ação política de mulheres e homens. Sendo assim, os aspectos apontados criam um cenário que ajuda a repensar e a desestruturar alguns preceitos usados como justificativas para o déficit de representação das mulheres, tais como a falta de interesse.

O que se pode concluir é que a desigualdade política deriva de diferentes dimensões, e assim, a inatividade ou o desinteresse não é genuinamente voluntário (SCHLOZMAN; VERBA; BRADY, 2012), o que seria simplificar a complexidade da questão. Para além disso, origina-se da relação díspar com aspectos socioeconômicos, institucionais e culturais, que dificultam a mudança em direção a melhor qualidade democrática. Todos os elementos apontados para cada dimensão são necessários para promover melhorias na qualidade da democracia e na representação política das mulheres, entretanto, sozinhos não são suficientes para atingir a plena igualdade política. (DAHL, 2008; INGLEHART; NORRIS, 2003).

Com relação à adoção de cotas para as candidatas femininas, é possível afirmar que elas contribuíram para um aumento de candidaturas no município de Laguna e para uma visibilidade maior em torno da problemática da sub-representação. No entanto, as estatísticas e dados da pesquisa apontam que as cotas são importantes, mas não suficientes para terem mulheres eleitas no Legislativo e Executivo em Laguna.

É importante ressaltar que mesmo com todas essas evidências da sub-representação no município de Laguna, há uma contradição por parte destas mulheres entrevistadas em concordar com a existência dos mecanismos institucionais que imperam em nossa sociedade, dificultando o acesso das mulheres aos espaços políticos. Esta contradição mostra-se presente através dos relatos de situações vivenciadas pelas mulheres entrevistadas, as quais presenciaram várias formas de discriminação dentro das reuniões partidárias ou em grupos liderados por homens. O fato é essa situação é um obstáculo dentro de suas trajetórias, pautando a falta de interesse das próprias mulheres como principais barreiras.

Neste sentido, as explicações em torno da sub-representação da mulher no município de Laguna não acabam apenas apontando para os obstáculos que impedem sua inserção na política, mas também para uma reflexão ao fenômeno social, expondo questionamentos, possíveis soluções e contribuições para discutir a problemática. Esta divisão entre o público e o privado para as mulheres repercute não só em suas escolhas como também em suas convicções e ideais.

Isto torna-se visível quando se analisa as falas das entrevistadas a respeito do desinteresse feminino pela política. É a visão de que a mulher pode e consegue quando quer, e que quando ela decide não existe nada que a impeça, fazendo com que a única barreira seja ela mesma. A naturalização desta culpa pela falta de interesse e incapacidade de participar de espaços públicos é tão forte na cultura que as próprias mulheres se utilizam desse tipo de discurso para justificar a falta de mulheres na política. Tais mecanismos são tão invisíveis para elas que, ao mencionar as barreiras ou mecanismos institucionais que travam suas passagens, justificam que algumas preferem o âmbito privado por questões de identificação.

Ao revisar as teorias de Dahl (2008), encontra-se nestas mulheres o benefício dos recursos, com ênfase ao capital familiar, que é apoio das famílias que possuam um histórico e trajetória política, tornando o caminho mais viável; o capital financeiro, para financiar as campanhas; capital social, que seriam as associações, projetos voltados a comunidade onde recebem uma maior visibilidade.

Analisando por esta lógica, as teorias de Dahl fazem sentido quando se referem ao custo que é para a mulher dispor de todos estes recursos, que são acumulados a vida toda, possibilitando o desenvolvimento de habilidades que a política demanda. Desse modo, a sub-representação torna-se justificada quando se pensa nas habilidades que são desenvolvidas em certas mulheres que criam vínculos com o meio social, facilitando suas vivências com os espaços públicos.

Esta pesquisa buscou evidenciar alguns dos obstáculos que dificultaram o acesso de algumas mulheres do município de Laguna, bem como também saber relatos de tais experiências vivenciadas nos espaços políticos, trazendo para o espaço escolar estas experiências de mulheres que tiveram envolvimento com a política partidária, contextualizando com estratégias de ensino e contribuindo para mudanças no processo de conscientização de jovens. Afinal, a escola precisa criar uma conexão entre o que o aluno aprende nela com o que ele faz fora dela, entre conhecimento formal e a vida prática do aluno. (GRISPINO, 2006).

Por fim, ressalta-se a importância de ter referências femininas também dentro das esferas políticas do município de Laguna, com destaque novamente ao relevante papel das escolas em estimular os jovens a descobrir a verdadeira essência da política, desconstruindo conceitos sexistas naturalizados pela sociedade. Diz Michella Bachelet, Presidente do Chile, “Quando uma mulher entra na política, muda a mulher... quando muitas mulheres entram na política, muda a política”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. **Potencialidade e limites da Política de Cotas no Brasil**. Revista Estudos Feminista, 2001, p.231-252.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer .10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AVELAR, Lúcia: **Mulheres na elite política brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Unesp, 2001.

BACHELET, Michelle. Seminário no Sinpro discutiu a importância de políticas públicas que garantam o acesso da mulher aos espaços de poder. **Revista Simpro Mulher**, nº 04, ano I, nov. 2009.

BELLOZO, Edson. **A Mulher na Política Brasileira: Um Estudo da Sub – representação Feminina**. Tese do curso de mestrado, apresentado na Universidade de Londrina, 2006.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

GOETZ, Anne Marie e SACCHET, Teresa. (2008), **Political Parties and Gender in Latin America: an overview of conditions and responsiveness** In GOETZ, Anne Marie [Org.]. *Governing Women: Women’s Political Effectiveness in Contexts of Democracy and Governance Reform*, New York: Routledge, pp. 148-172.

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GROSSI, Mírian Pillar, MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: As mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, p. 167-206, 2001.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising Tide**: Gender, equality and cultural change around the world. New York: Cambridge University Press, 2003.

KROOK, Mona Lena; NORRIS, Pippa. **Beyond Quotas**: Strategies to promote gender equality in Elected Office. *Political Studies*, vol. 62, 2014, p. 2-20.

MIGUEL, Luíz Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “Singularidade Feminina”. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, p. 253, 2001.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA. 2000.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit**. New York: Cambridge University Press, 2011.

OLIVEIRA, Renata A. Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina. **Revista Em Debate**, Ano VI, Número III, Julho 2014, p. 8-32.

\_\_\_\_\_. **Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudo Feminista**, Ano 9, p. 268-290, 2001.

PINTO, Celi Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 98-113, 1998.

PORTAL O SENADO. Disponível em:

<<http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/>>. Acesso em 05 dez. 2016.

PREFEITURA DE LAGUNA. Disponível em:

<<http://www.laguna.sc.gov.br/localizacao.php>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

RIBEIRO, E., OLIVEIRA, R. Cultura política e gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, América do Norte, 22, jan. 2014.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 20, no. 2, p. 399-431, 2012.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação Política e Gênero no Brasil e nos países de democratização recente. **RICRI**, vol. 1, n. 2, p. 01-16, 2012.

SCHLOZMAN, Kay.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. **The Unheavenly chorus – unequal political voice and the broken promise of American democracy**. Princeton: University Press, 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em 05 dez. 2016.

WELZEL, CHRISTIAN. Effective democracy, mass culture, and the quality of elites: the human development perspective. **International Journal of Comparative Sociology**, vol. 43, n. 3-5, p. 317-349, 2005.

**ANEXOS**



## ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) Lugar de Mulher é na Política, desenvolvida pelo Curso de Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) situada a Rua engenheiro Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade, Florianópolis – SC – 88040-900, telefone (48) 3721-9000.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Renata Andrade de Oliveira, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail renata\_andrade@hotmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a trajetória destas mulheres empoderadas, bem como as barreiras encontradas. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável [ou seus orientadores].

O (a) pesquisador (a) principal do estudo / pesquisa / programa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Laguna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

## ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome da Entrevistada:
- 2) Idade
- 3) Profissão:

### ITEM 1 - TRAJETÓRIA POLÍTICA

- 1) Como foi a sua inserção na vida política?
- 2) Quanto tempo de carreira política? Por que escolheu ocupar cargo político?
- 2) Houveram incentivos para continuar nesse caminho? Quais seriam?
- 3) Quais foram os principais obstáculos na sua trajetória?

### ITEM 2 - MULHERES E POLÍTICA

- 1) Como a Sr(a) vê o cenário atual das mulheres na política? Tem uma tendência positiva ou negativa?
- 2) Comparando com a sua trajetória, quando iniciou a vida na política, como acha que os espaços políticos recebem as mulheres?
- 3) Na sua opinião, por que as mulheres devem estar nos espaços políticos? Qual o impacto das mulheres para a política brasileira? E para o município?
- 4) Quais seriam os principais obstáculos para a participação política das mulheres?
- 5) Quais os principais incentivos?
- 6) Agora transferindo para uma visão mais próxima, aqui no Município, como a Sra. Vê a igualdade política entre homens e mulheres? Teria alguma diferença com o que se vê no Brasil?

### ANEXO 3 – TABELA “A Participação Feminina nos Parlamentos no Mundo”

Tabela 1 – A Participação Feminina nos Parlamentos no Mundo

<b>Posição</b>	<b>País</b>	<b>% de mulheres</b>
01	Ruanda	63,8
02	Bolívia	53,1
03	Andorra	50,0
04	Cuba	48,9
05	Seichelles	43,8
06	Suécia	43,6
07	Senegal	42,7
08	Finlândia	42,5
09	Equador	41,6
10	África do Sul	41,5
64	Vietnã	24,3
102	Montenegro	17,3
133	São Vicente e Granadinas	13,0
158	<b>Brasil</b>	9,0

Fonte: Mapa Mulheres na Política 2015. Disponível em:  
 <<http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.